PROJETO DE LEI Nº , DE 2003 (Do Senhor João Caldas)

Altera as Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

- Art. 1° Acrescente-se inciso ap art. 22 da Lei n° 9.503, de 1997 Código de Trânsito Brasileiro e dá nova redação ao art. 4° da Lei n° 9.602, de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, com a finalidade de atribuir competência aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para desenvolverem programa destinado à formação e avaliação gratuita de candidatos à habilitação reconhecidamente pobres, mediante emprego de recursos provenientes do Fundo Nacional de Educação e Segurança de Trânsito FUNSET.
- Art. 2° O art. 22 da Lei n° 9503, de 23 de setembro de 1997 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:
 - "XVII desenvolver programa destinado à formação e avaliação gratuita de candidatos à habilitação reconhecidamente pobres." (NR)
- Art. 3º O art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET, a que se refere o parágrafo único do art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a custear as despesas do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN relativas à operacionalização da segurança e educação do trânsito, bem assim as despesas dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal concernentes ao desenvolvimento de programa destinado à formação e avaliação gratuita de candidatos à habilitação reconhecidamente pobres.

§ 1º Para receber recursos do FUNSET, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal deverá submeter o programa que pretende desenvolver à aprovação do DENATRAN.

§ 2º Não será repassada aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para desenvolvimento do programa de que trata o caput deste artigo porcentagem inferior a vinte por cento dos recursos disponíveis do FUNSET.""(NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O acesso à habilitação para dirigir veículo automotor é atualmente quase indispensável para a inserção dos indivíduos na sociedade moderna. O crescimento dos assentamentos humanos, a ampliação dos territórios alcançados pelas cidades, o dinamismo das relações pessoais e comerciais, tudo isso exige do cidadão maior poder de mobilidade que é garantido, na maioria das vezes, pelos veículos automotores.

Porém habilitar-se a dirigir um automotor não é providência fácil para muitos. Em razão do criterioso processo de treinamento e avaliação imposto aos candidatos a essa habilitação. São consideráveis as despesas com que se tem que arcar até que se consiga ter em mãos o

documento desejado, tão necessário para uma significativa parcela da população. Os custos tornam-se proibitivos aos que precisam da aprendizagem nos centros de formação de condutores – antigas auto-escolas – e da realização de exames médicos, psicológico, de conhecimentos teóricos, de noções de primeiros-socorros e de prática de direção. Na maioria dos Estados, considerando o pagamento de taxas e de prática de direção cobradas pelo DETRAN, além das aulas nos CFC, o interessado na habilitação não gasta menos do que trezentos reais. Tal valor ultrapassa dois salários-mínimos.

Esta nossa proposta pretende facilitar o acesso à habilitação para inúmeras pessoas que, simplesmente não dispõem de condições financeiras para tomar parte do processo de aprendizagem e avaliação defendido pela legislação de trânsito. Com tal situação ficam prejudicados especialmente os que pretendem trabalhar na profissão de motorista, considerável mercado de trabalho.

Com essa solução para financiar programas destinados a possibilitar a formação e avaliação de candidatos reconhecidamente pobres , habilitando-lhes à condução de veículos automotores, aumentaremos enormemente o mercado de trabalho neste campo. Ressalte-se que a fonte , FUNSET, constituído com parcela de cinco por cento do valor das multas arrecadadas e gerido pelo DENATRAN.

Projeto versando sobre esta mesma matéria foi por mim apresentado na legislatura passada, tendo recebido parecer unânime favorável na Comissão de viação e Transportes desta Casa, não logrando sucesso na Comissão de Finanças que, à época julgou erroneamente, ao nosso ver, que esses recursos não estavam previstos orçamentariamente.

Por saber ser a matéria de fundamental importância e de relevante interesse social é que agora, nesta legislatura que se inicia, torno a apresentá-la a esta Casa, na certeza de contar com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de 2003

DEPUTADO JOÃO CALDAS